



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015
PROCESSO Nº 17/2015
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS MECÂNICOS
TIPO: Menor Preço por Lote

A Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo-MG, através do Setor de Compras e Licitações, situada na Praça Cel. Flávio, nº 204, Centro, em Monsenhor Paulo, MG, CEP: 37.405-000, inscrita no CNPJ sob o nº 22.541.874/0001-99, TORNA PÚBLICO que se realizará na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **Menor Preço por Lote**, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/1993, suas alterações posteriores e legislação complementar vigente, observadas as condições do presente Edital e seus Anexos.

OBJETO: O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos das linhas leves e médios e pesados, das marcas FIAT, IVECO, GM, PEUGEOT, TOYOTA, VW, VW PESADO, MERCEDES BENZ, FORD, AGRALE, CATERPILLAR, FIATALLIS, VALMET, MASSEY FERGUSON pertencentes à frota do Município de Monsenhor Paulo - MG, de acordo com as especificações.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 27 de Fevereiro de 2015, às 13:00 Horas.

ENDEREÇO:

Prefeitura de Monsenhor Paulo – MG
Pça. Cel. Flávio, nº 204 – Centro
Monsenhor Paulo – MG
Setor de Compras e Licitações

As PROPONENTES poderão entregar, pessoalmente, o Documento de Credenciamento, a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, e os envelopes de Proposta Comercial e de Documentos para Habilitação à Pregoeira Oficial ou à Equipe de Apoio, no local, data e horários indicados acima.

ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO: Dia 27 de Fevereiro de 2015, às 13:00 Horas.

no endereço citado anteriormente.

CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS: no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Monsenhor Paulo – MG, por e-mail licitação@monsenhorpaulo.mg.gov.br, no sítio: www.monsenhorpaulo.mg.gov.br ou via por telefone 35-3263-1320

AVISOS SOBRE LICITAÇÃO: Os avisos sobre esta licitação serão publicados no Jornal Regional Panorama, e afixados no Quadro de Avisos localizado na entrada do Prédio da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO: As informações sobre o andamento da licitação e os resultados dos julgamentos e de recursos, se houver, serão publicadas no Jornal Regional Panorama.

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para a abertura da sessão pública, interessados em participar poderão impugnar o ato convocatório do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciaram, obedecidas as disposições do subitem 9.1 deste Edital.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – A cópia deste Edital estará disponível gratuitamente através de pedido por e-mail e ou na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Monsenhor Paulo-MG no horário de 09h às 16h.

1.2 – As pessoas jurídicas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações no sítio www.monsenhorpaulo.mg.gov.br, com vistas a possíveis alterações e avisos.

1.3 – As consultas e os esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, através de correspondência, protocolizada no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo telefone 35-3263-1320.

1.3.1 – As consultas e os esclarecimentos serão respondidos pela Pregoeira, respeitada a legislação pertinente.

1.3.2 – As dúvidas e/ou esclarecimentos de caráter interpretativo, que não venham a influenciar no entendimento e participação de outras empresas, serão respondidas diretamente à(s) LICITANTE(S) através de fax, e-mail ou correspondência.

1.4 – Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/OBJETO DA LICITAÇÃO

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL/DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

ANEXO III – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE HABILITAÇÃO

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO (NÃO EMPREGA MENOR)

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO

CAPÍTULO II OBJETO DA LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

1 – OBJETO: O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos das linhas leves e médios e pesados, das marcas FIAT, IVECO, GM, PEUGEOT, TOYOTA, VW, VW PESADO, MERCEDES BENZ, FORD, AGRALE, CATERPILLAR, FIATALLIS, VALMET, MASSEY FERGUSON pertencentes à frota do Município de Monsenhor Paulo - MG, de acordo com as especificações.

CAPÍTULO III CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

3.1 – Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 – É condição ainda, para participação na presente licitação, a entrega no local, data e horário indicados na folha de rosto deste Edital, dos seguintes documentos (separados):

- a) Carta de Credenciamento (Anexo III), (conforme capítulo IV);
- b) Declaração sobre Habilitação (Anexo IV), (conforme capítulo IV, subitem 4.4 e 4.4.1);
- c) Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório para confirmação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- d) Envelope n.º 01 – Proposta Comercial (Anexo II), (ver capítulo V);
- e) Envelope n.º 02 – Documentos para Habilitação (ver capítulo VII).
- f) O licitante deverá possuir oficina mecânica situada em uma distância de até 60km da sede do da Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo – MG para a execução do serviço e cumprir as demais exigências do Anexo I - Termo de Referência, quanto a sua qualificação técnica, instalações e equipamentos, ficando vedada a terceirização.

3.1.2. Não poderá participar da presente licitação empresa:

3.1.3. Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o Município;

3.1.4. Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

3.1.5. Impedida de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais;

3.1.6. Em consórcio, com falência decretada.

3.1.7. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4. DA APRESENTAÇÃO PARA A LICITAÇÃO

4.1 – Os envelopes indicados no subitem anterior deverão estar devidamente fechados e identificados em sua parte externa com os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01

PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura de Monsenhor Paulo - MG

Nome/Razão Social da Licitante/CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 17/2015



ENVELOPE N.º 02

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

À

Prefeitura de Monsenhor Paulo - MG

Nome/Razão Social da Licitante/CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 17/2015

4.2 – Para o caso da indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (Proposta no envelope de Documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da LICITANTE do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não prejudique o andamento do processo.

4.3 – Não serão aceitos documentos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

4.4– Os envelopes de Documentação para Habilitação e Proposta Comercial, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados se derem entrada no Protocolo do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal até a data e hora definidas na folha de rosto deste Edital, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

4.5 – A participação neste Pregão implica aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e seus Anexos.

4.6 – A participação neste Pregão estará impedida às pessoas físicas ou pessoas jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) com falência decretada;
- b) declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) em suspensão temporária e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Monsenhor Paulo;

4.7 – A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

CAPÍTULO V

CRENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

5.1 – O credenciamento far-se-á por meio de Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou por Carta de Credenciamento, conforme Modelo disposto no Anexo III, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame, inclusive formular lances verbais em sessão pública de pregão, bem como negociar preço diretamente com a Pregoeira, rubricar propostas e documentos, manifestar a intenção de interpor recurso, ou renunciar ao direito de fazê-lo e assinar atas em nome da LICITANTE.



5.1.1 – Nas hipóteses de credenciamento mediante Instrumento Particular de Procuração, é obrigatório a apresentação, no ato do credenciamento, dos documentos que lhe(s) comprove a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Registro comercial, Ato constitutivo, Estatuto, Contrato Social, Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou Decreto de Autorização, conforme cada caso).

5.1.2 – Sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da empresa LICITANTE, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para, isoladamente ou em conjunto, exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.1.3 – O horário e local de credenciamento estão definidos na folha de rosto deste Edital.

5.1.3.1 – Após o horário limite, estabelecido para o fim do credenciamento, poderão ser aceitas novas licitantes desde que a Pregoeira não tenha declarado aberta a Sessão do Pregão, conforme estabelecido no subitem 8.3.

5.2 – O credenciado deverá identificar-se no ato de entrega dos envelopes.

5.3 – A LICITANTE que não apresentar o documento de credenciamento, nos termos definidos no subitem 5.1 e respectivos subitens, ficará impedida de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, sendo-lhe resguardado o direito de assistir a sessão pública.

5.4 – A LICITANTE deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração sobre aHabilitação (Modelo no Anexo IV), conforme exigido no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02.

5.4.1 - Caso a LICITANTE não apresente representante para credenciamento, deverá incluir a Declaração de Habilitação no Envelope nº 01 - Proposta Comercial.

5.5 – **No caso de licitantes que sejam MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, deverá ser apresentada Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório, atualizada, sob pena de não receber o tratamento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, destinadas às ME e EPP.**

5.5.1 - **A Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório será considerada como válida por 30 (trinta) dias, a partir da data de sua emissão.**

5.6 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada na forma da Lei ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.6.1 – Os documentos apresentados em cópias não autenticadas somente serão considerados se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pela Pregoeira ou Equipe de Apoio na sessão de abertura.



CAPÍTULO V PROPOSTA COMERCIAL

5.1 – A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no ENVELOPE N.º 01, de acordo com a Planilha de Descrição dos Produtos/Proposta Comercial – Anexo II, contendo a identificação da LICITANTE (Nome/Razão Social e CNPJ), datada, devidamente assinada e rubricada pelo(s) representante(s) legal(ais).

5.1.1 – A Validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 dias, contados da data de sua apresentação no protocolo do Setor de Compras e Licitações;

5.1.2 – As propostas que omitirem o prazo previsto no subitem 5.1.1 serão entendidas como válidas pelos prazos indicados nas referidas alíneas.

5.1.3 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, poderá ser solicitada prorrogação de validade a todas as licitantes classificadas, caso persista o interesse da Administração.

5.1.4 – A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento da LICITANTE quanto à respectiva proposta.

5.2 – No ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial deverá ser apresentada, ainda:

5.2.1 – Documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista no capítulo IV.

5.2.1.1 – A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

5.3 – Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, transportes, material, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirão a única remuneração pelo fornecimento do objeto desta licitação.

5.4 – A Proposta Comercial poderá ser apresentada conforme o modelo apresentado no Anexo II, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas.

5.5 – Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

5.6 – A apresentação da Proposta Comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Edital e seus Anexos.

5.7 – Ocorrendo divergência ou dúvida quanto aos valores unitários e totais propostos pela licitante, serão considerados como corretos os que apresentarem menor valor.

5.8 – As Propostas Comerciais registradas no sistema de registro de preço, não poderão ser substituídas.



5.9 – O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento a atendimento às exigências previstas neste Edital.

CAPÍTULO VI CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – A presente licitação será julgada e adjudicada à LICITANTE que ofertar o **Menor Valor Total por Lote**, observados os requisitos deste Edital, bem como as regras dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06 e na legislação pertinente seguindo

6.2 – Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço por item e às licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou ainda, não havendo pelo menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX da lei 10.520/02.

6.3 – Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 6.2, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

6.4 – **Havendo licitantes que sejam MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, o critério a ser utilizado para julgamento das Propostas será o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

6.5 – Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam os requisitos deste Instrumento Convocatório;
- b) contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à Administração Pública ou não impeçam a exata compreensão de seu conteúdo;
- c) não atendam às exigências estabelecidas em diligências, neste Edital ou na legislação vigente;
- d) tenham sido baseadas em outra proposta;
- e) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 44, § 3º e artigo 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

6.6 – Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

6.7 – Havendo dúvidas quanto ao preço estimado, a Pregoeira poderá realizar ou requisitar à área solicitante, à época do julgamento, novas pesquisas para confronto das ofertas de forma a produzir contraprova ou demonstrar um eventual equívoco da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

6.8 – Serão considerados preços inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os valores ofertados são compatíveis com a execução do objeto.

6.9 – A Pregoeira, a seu critério e com justificado resguardo do interesse público consubstanciado no atendimento às necessidades da Administração, poderá solicitar à(s) LICITANTE(S) documentação que comprove a exequibilidade da proposta apresentada nos termos do disposto no subitem anterior.

6.10 – A não apresentação da documentação mencionada no subitem anterior, no prazo determinado pela Pregoeira, resultará na desclassificação da LICITANTE e provocará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) à mesma, calculada sobre o preço estimado da licitação.

6.11 – As propostas devem apresentar valores até a segunda casa decimal.

6.12 – A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetam o seu conteúdo.

CAPÍTULO VII DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O ENVELOPE N.º 02, ao ser entregue, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

7.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1 – Cédula de Identidade dos sócios proprietários do contrato social.

7.1.2 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

7.1.3 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

7.1.4 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.2 – REGULARIDADE FISCAL

7.2.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE.

7.2.1.1 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.2 – Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa Jurídica - CNPJ.



7.2.3 – Comprovante de regularidade relativa à seguridade social, emitida pelo órgão competente - INSS.

7.3.4 – Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1 – Declaração de Disponibilidade de Equipamento e Pessoal Técnico (Modelo Anexo VIII). Firmada pelo representante legal da empresa e com firma reconhecida.

7.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.5.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE.

7.6 – INFORMAÇÕES GERAIS

7.6.1 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial, ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pela Pregoeira ou Equipe de Apoio na sessão de abertura.

7.6.2 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

7.6.3 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data de abertura da sessão pública, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

7.6.4 – A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.6.4.1 – Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.6.4.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

7.6.4.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.



7.6.4.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

7.6.5 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

7.6.6 – Todos os documentos apresentados para a licitação deverão estar com mesmo nome e CNPJ da proposta apresentada pela licitante, sob pena de inabilitação, devendo ser observado:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com CNPJ da mesma;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com CNPJ da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.7 – A Comissão Permanente de Licitação efetuará consulta ao *sítios* dos órgãos emissores dos documentos retirados da Internet para confirmar a autenticidade e para fins de habilitação.

CAPÍTULO VIII

FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS

Primeira Fase: ABERTURA DA SESSÃO

8.1 – No dia, horário e local estabelecidos na folha de rosto deste Edital, a Pregoeira Oficial fará a abertura da sessão após ter recebido das LICITANTES participantes ou de seus representantes, a Carta de Credenciamento – Anexo III, com a respectiva documentação comprobatória, a Declaração sobre a Habilitação – Anexo IV e a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, juntamente com os Envelopes de n.º 01 – Proposta Comercial e de n.º 02 – Documentos para Habilitação.

8.2 – Não será admitida a atuação de mais de um representante para a mesma empresa ou de um mesmo representante para duas ou mais empresas.

Segunda Fase: DESENVOLVIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

8.3 – Após o encerramento do credenciamento dos representantes das licitantes, a Pregoeira declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novas licitantes. A sessão do Pregão desenvolver-se-á conforme segue:

8.3.1 – Abertura dos envelopes de Proposta Comercial.

8.3.2 – Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado neste Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

8.3.2.1 – Após a análise das propostas pela Pregoeira e Equipe de Apoio, as participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.



8.3.3 – Indicação das LICITANTES que participarão da rodada de lances verbais.

8.3.3.1 – Participará dos lances verbais a LICITANTE que apresentar menor preço e todas as demais cujas propostas situarem-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço.

8.3.3.2 – Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.3.4 – A convocação para a oferta de lances, pela Pregoeira, terá como referencial os preços ofertados, levando em consideração o menor preço, iniciando-se com a LICITANTE ofertante de maior preço e finalizando com a ofertante de menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço já registrado pela Pregoeira.

8.3.4.1 – Na hipótese de duas ou mais propostas escritas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio pela Pregoeira para definir a ordem de apresentação dos lances verbais por seus representantes.

8.3.4.2 – A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes a Pregoeira considerar necessário.

8.3.5 – A Pregoeira poderá fixar em até 30 (trinta) minutos o tempo máximo global para o fechamento dos lances, devendo avisar as LICITANTES quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do exaurimento do tempo máximo anteriormente estipulado.

8.3.5.1 – A Pregoeira poderá fixar prazo máximo para única consulta do representante à sede da empresa para a oferta de lance.

8.3.6 – Durante a etapa de lances verbais, a Pregoeira monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou excessivas.

8.3.7 – A LICITANTE que não apresentar o seu lance, na forma indicada no subitem 8.3.4, quando convocada pela Pregoeira, será excluída da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.8 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço, com o estimado para a contratação.

8.3.9 – Por força da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado “empate”, quando, o final da etapa de lances, a licitante que esteja competindo na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte tenha apresentado seu último lance com valor até 5% (cinco por cento) acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:



8.3.10 – A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos:

8.3.10.1 – Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificado em primeiro lugar e declarada vencedora.

8.3.10.2 – Caso a ME ou EPP melhor classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificado em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

8.3.10.3 – Se a ME ou EPP melhor classificada não exercer seu direito de preferência, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no subitem 8.3.9, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

8.3.10.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

8.3.10.5 – Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação da etapa de lances.

8.3.11 – Será classificado em primeiro lugar a LICITANTE que, ao final da etapa de lances, e após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar menor preço.

8.3.12 – Posteriormente, procederá à análise da proposta de menor preço no que tange à sua aceitabilidade quanto ao valor estimado da contratação e decidirá motivadamente a respeito, desclassificando a proposta que estiver acima do preço teto estimado ou promoverá diligência conforme previsto no subitem 6.5.

8.3.12.1 – A Pregoeira deverá, para efeito da previsão indicada no subitem 8.3.12, comparar a proposta vencedora com os preços atuais praticados no mercado, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

8.3.13 – Havendo apresentação de apenas uma oferta e desde que esta atenda aos termos deste Edital e seus Anexos, e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta poderá ser aceita, podendo a Pregoeira negociar com a LICITANTE para que seja obtido melhor preço.

8.3.14 – Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital e seus Anexos, a Pregoeira poderá negociar com a LICITANTE para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

8.3.15 – Classificada a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da LICITANTE, decidindo a Pregoeira quanto à sua habilitação ou inabilitação, observado o disposto no art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06, quando for o caso.



8.3.16 – Se a LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até apuração de uma proposta aceitável, cujo proponente atenda a todas às exigências deste Edital e seus anexos.

8.3.17 – A LICITANTE que não atender as exigências de habilitação sofrerá penalidades de acordo com a Lei nº 8.666/93.

8.3.18 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será DECLARADA VENCEDORA.

8.4 – No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e nem a validade jurídica destes, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

8.5 – Ao final da sessão, após declarada a vencedora pela Pregoeira, qualquer LICITANTE poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, devendo constar em ata a síntese das suas razões.

8.5.1 – Ocorrendo o disposto no subitem anterior, a sessão será suspensa e adotados os procedimentos cabíveis, na forma do disposto no subitem 9.2 e seus subitens.

8.6 – No caso da Sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ficarão sob a guarda da Pregoeira e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na Sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.6.1 – Somente será considerada habilitada a LICITANTE que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da sessão de abertura dos envelopes, ressalvada a possibilidade de regularização de documentação de regularidade fiscal por ME ou EPP, nos termos do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06.

8.7 – No caso de desclassificação ou inabilitação de todas as licitantes, a Pregoeira poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, conforme disposto no §3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO IX IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

9.1 – IMPUGNAÇÃO

9.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, consultas ou impugnar o ato convocatório do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, devendo a Administração, através da Pregoeira, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2 – A apresentação de impugnação após o prazo estipulado no subitem anterior não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.



9.1.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

9.2 – RECURSOS

9.2.1 – Dos atos e decisões relacionados com o Pregão, cabe recurso nos seguintes casos:

- a) resultado do julgamento da proposta de preço e/ou da habilitação da LICITANTE vencedora;
- b) anulação ou revogação do Pregão.

9.2.2 – A manifestação da intenção de interpor recurso de que trata a alínea “a” do subitem 9.2.1 deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, observado o disposto nos subitens seguintes:

9.2.2.1 – A falta de manifestação imediata e motivada de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando a Pregoeira autorizada a adjudicar o objeto da licitação à LICITANTE vencedora.

9.2.2.2 – Será concedido o prazo de até 3 (três) dias para apresentação das razões relacionadas à intenção manifestada, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurados vista imediata aos autos.

9.2.2.3 – A não apresentação de razões configurará a desistência do direito de recorrer.

9.2.2.4 – Não serão aceitos como recursos as alegações que não se relacionem com as razões indicadas pela LICITANTE na sessão pública.

9.2.2.5 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.2.2.6 – Deverá ser dirigido ao Setor de Compras e Licitações, aos cuidados da Pregoeira, no prazo determinado no subitem 9.2.2.2.

9.2.3 – A publicação dos atos será feita mediante publicação no sítio da Prefeitura de Monsenhor Paulo.

9.3 – Os recursos deverão ser apresentados pelo representante legal ou credenciado da LICITANTE, devidamente comprovados, e dar entrada no Setor de Compras e Licitações até as 16h do dia de seu respectivo vencimento.

9.3.1 – Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

9.3.2 – Os recursos ou impugnações, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados se derem entrada no Protocolo do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura até a data e hora definidas no subitem 9.3.1, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.



CAPÍTULO X ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 – Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto do Pregão à LICITANTE declarada vencedora, com posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal, após parecer jurídico.

10.2 – Após interposto recurso e decidido, a Pregoeira divulgará a decisão, mediante publicação no sítio www.monsenhorpaulo.mg.gov.br. A pregoeira adjudicará o objeto à LICITANTE vencedora e o Prefeito Municipal homologará o procedimento licitatório, após parecer jurídico.

CAPÍTULO XI DO REGISTRO DE PREÇO

11.1 – Homologado o procedimento, será adjudicado ao primeiro classificado, pelo menor preço unitário;

11.2 – O Departamento de Municipal de Compras e Licitações convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital (ANEXO VII), sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades legais, além de que a contratação está estritamente vinculado à referida assinatura, bem como sua publicação legal.

11.2.1 – A recusa injustificada das empresas indicadas para registro em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, propiciará a aplicação das penalidades legais.

11.2.2 – Considera-se recusa injustificada, o não comparecimento do(s) proponente(s), no prazo fixado no presente edital.

11.3 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o Município de Monsenhor Paulo poderá convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e prestar os serviços, objeto deste Pregão, pelo respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:

11.3.1 – Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;

11.3.2 – Revisão do preço do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.

11.4 – Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 11.2 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior;

11.5 – Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

11.6 – A existência do preço registrado não obriga o Município de Monsenhor Paulo a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições;

11.7 – Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CAPÍTULO XII DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

12.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CAPÍTULO XIII DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

CAPÍTULO XIV DA CONTRATAÇÃO

14.1 – Após a homologação da presente licitação e adjudicação do seu objeto, a LICITANTE vencedora do certame, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficando a critério da Administração sua contratação, de acordo com sua conveniência.

14.1.1 – A ADJUDICATÁRIA terá o prazo de 05 (cinco) dias, após a convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.2 – No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar ao Setor de Compras e Licitações:

- a) cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;
- b) instrumento Público ou Particular de Mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do Estatuto ou Contrato Social;

14.2.1 – A adjudicatária poderá ser dispensada de apresentar documento mencionado no subitem 11.2, se ele já constar do Processo Licitatório e em vigor.

14.3 – Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, e quando da necessidade da prestação dos serviços empresa detentora da ARP será convocada para a assinatura do contrato, o que



poderá ser substituído pela Autorização de Fornecimento nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93.

14.4 – A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recebimento da Autorização de Fornecimento, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato.

14.5 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação ou deixando de fazê-la por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, observada a ordem de classificação, caso não haja interesse da Administração na realização de nova licitação, nos termos do inciso XXIII, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02.

14.4.1 – Na convocação das LICITANTES remanescentes será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os Documentos de Habilitação cujas validades tenham-se expirado no prazo transcorrido desde a data da primeira sessão, no prazo de 05 (cinco) dias.

14.5 – O disposto no subitem 11.3 se aplica também às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o Contrato, caso o prazo de validade de sua proposta não tenha exaurido.

CAPÍTULO XV OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

15.1 – Sem prejuízo das disposições previstas em lei, a CONTRATADA obrigar-se á:

15.1.1 – Assegurar a boa qualidade dos serviços prestados e materiais utilizados;

15.1.2 – Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar por descumprimento, omissões ou desvios no objeto deste Pregão.

15.2 – As demais obrigações e responsabilidades das partes contratantes estão definidas e detalhadas no Termo de Referência – Anexo I

15.3 – A licitante vencedora será convocada para assinar o contrato no qual é anexo deste edital, ficando desde já de acordo com suas cláusulas.

CAPÍTULO XVI SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura de Monsenhor Paulo e será descredenciada do CRC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais, previstas no Minuta de Contrato – Anexo IX, a LICITANTE que:

- a) deixar de entregar documentação exigida ou apresentar documentação falsa no certame;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;



- c) não mantiver a proposta;
- d) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2 – Multas, com a aplicação cumulativa, devido às irregularidades mencionadas a seguir:

16.2.2 – As penalidades decorrentes do descumprimento Contratual estão indicadas na Minuta da ARP e Contrato – Anexos VI e VII.

16.3 – As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

CAPÍTULO XVII

CONDIÇÕES FINANCEIRAS DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 – O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, da aquisição do objeto da licitação, contados a partir do dia útil seguinte a apresentação da nota fiscal.

17.2 – A nota fiscal será emitida indicando no seu corpo número do processo licitatório e sua respectiva modalidade, além do nome e número do banco, número da conta corrente para depósito do pagamento e os seguintes dados:

Nominal a: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
Endereço: Praça Cel. Flávio, nº 204
C.N.P.J.: 22.541.874/0001-99

17.3 – Havendo irregularidade na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

17.4 – O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente da Contratada ou outro meio a combinar.

17.5 – As despesas decorrentes da presente licitação serão providas com as dotações dos departamentos competentes, quais sejam:

02.03.01.04.122.0003.2.011 3390.39.00	71
02.03.01.06.181.0003.2.016 3330.41.00	87
02.03.01.06.181.0003.2.017 3330.41.00	88
02.04.01.12.361.0006.2..029 3390.39.00	117
02.05.01.15.452.0021.2.039 3390.39.00	195
02.06.01.10.122.0012.2.042 3390.39.00	214
02.06.02.10.301.0012.2.043 3390.39.00	224
02.06.02.10.301.0020.2.047 3390.39.00	248
02.07.01.08.122.0014.2.055 3390.39.00	277
02.07.02.08.244.0014..2.088 3390.39.00	311
02.11.01.26.782.0015.2.079 3390.39.00	416



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO
Praça Cel. Flávio Fernandes, 204, centro, CEP 37.405-000
Monsenhor Paulo – MG - Telefax: (35) 3263-1322

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES GERAIS DO PREGÃO

18.1 – É facultado à Pregoeira ou autoridade superior:

- a) proceder consultas ou diligências que entender cabíveis, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e classificação da LICITANTE, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;
- c) convocar as LICITANTES para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

18.2 – Não será necessária nova apresentação de qualquer documento que porventura tenha sido exigido em fase anterior.

18.3 – Nenhuma indenização será devida às LICITANTES pela apresentação da documentação ou elaboração das propostas de que trata o presente Edital.

18.4 – Os termos dispostos neste Edital e os constantes dos demais Anexos se completam, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

18.5 – Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, se subordinam aos princípios e disposições contidas nas legislações mencionadas no preâmbulo deste Edital.

18.6 – Fica eleito o foro da Comarca de Varginha, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

MONSENHOR PAULO, 10 de Fevereiro de 2015.

ROSIMEIRE PAREDES
Pregoeira